

boletim

informativo mensal da

OUVIDORIA

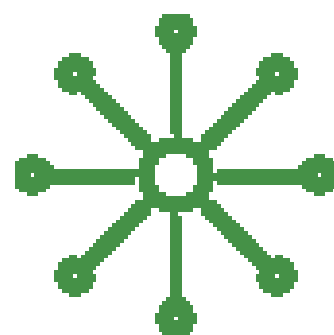
número **#3**

Ouvidoria-Geral da
Defensoria Pública do
Estado de São Paulo

A g o s t o
2 0 2 0

*Atividades
desenvolvidas em
agosto de 2020*

1 OUVIDORIA-GERAL E EDEPE INICIAM DIÁLOGO PARA APROFUNDAR AS ESTRATÉGIAS SOBRE EDUCAÇÃO EM DIREITOS



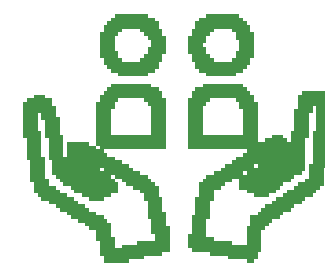
No dia 4 de agosto, mais de mil pessoas acompanharam o evento online “Educação como Direito Humano e Instrumento de Emancipação Social”. O evento, em formato de roda de conversa, foi executado em parceria com o Instituto Paulo Freire, por ocasião da Campanha #PauloFreireSim, que planeja diversas atividades para comemorar o centenário do nascimento de Paulo Freire, em 2021 e contou com a participação da EDEPE, bem como integrantes de movimentos sociais e defensores públicos.

Ainda sobre o tema, no dia 06 de agosto, a Ouvidoria promoveu um encontro entre o Instituto Paulo Freire e a EDEPE, objetivando a construção de ações em conjunto, como atividades de formação e produção de conhecimento que envolvam o legado e a pedagogia freiriana.

Confira aqui a roda de conversa: <https://www.facebook.com/OuvidoriaGeralDPESP/videos/210531947060568>



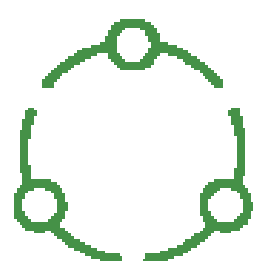
2 CONCLUÍDO O PROGRAMA CONEXÃO SOLIDÁRIA SP, EXECUTADO PELA OUVIDORIA E APADEP



Durante 4 meses, diversos segmentos sociais foram beneficiados pela campanha de solidariedade “Conexão Solidária” que arrecadou doações para grupos e pessoas que estão sendo gravemente atingidas pela pandemia de Covid-19. Ocupações de moradia, trabalhadores de materiais recicláveis, migrantes, comunidade de caiçaras, bem como pessoas em situação de rua e diversos outros segmentos sociais receberam as cestas básicas e os materiais de proteção. Até junho, a campanha entregou o total de 1.050 kits de higiene e cestas básicas e 400 refeições.

Diante de todo o apoio, engajamento e doações, a Ouvidoria-Geral e a APADEP agradecem a todos e todas pela concretização desta campanha e doação para centenas de famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade.

3 RODAS DE CONVERSAS VIRTUAIS TEM PERMITIDO UMA AMPLA INTERAÇÃO E ENGAJAMENTO DOS MOVIMENTOS POLITICAMENTE ORGANIZADOS



Desde maio, a Ouvidoria-Geral tem realizado rodas de conversas virtuais sobre variadas temáticas para discutir assuntos importantes no cenário atual de enfrentamento à pandemia de Covid-19, bem como outros temas de relevante interesse institucional. Os encontros, que são organizados em parceria com entidades e movimentos sociais, estão sendo transmitidos pelo Facebook da Ouvidoria-Geral e tem-se mostrado importantes espaços de articulação neste momento de distanciamento social.

Nestes últimos meses, já foram realizadas 12 rodas de conversa e, em média, cada Roda de Conversa Virtual tem alcançado 8 mil pessoas, 2000 visualizações e 1500 engajamentos, em sua maioria, integrantes dos movimentos sociais que seguem a Ouvidoria nas redes.

No mês de agosto, além da conversa sobre educação em direitos humanos, discutiu-se as políticas de inclusão das pessoas com deficiência e também sobre os desafios e perspectivas de enfrentamento à pandemia no sistema prisional, ambas com a participação dos Núcleos Especializados, movimentos sociais e integrantes do Conselho Consultivo da Ouvidoria-Geral. Na Roda de Conversa Virtual para discutir como a pandemia está afetando as pessoas com deficiência, Renata Flores Tibiriçá, coordenadora do Núcleo Especializado de Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência, pode apresentar as ações que o Núcleo vem desenvolvendo.

Já no diálogo sobre os principais desafios e perspectivas de enfrentamento à pandemia no sistema prisional, houve a participação do coordenador auxiliar do NESC, Leonardo Biagioni em que pode apresentar a atuação do Núcleo, sua visão em torno dos desafios e prioridades de atuação, além da presença do defensor público, Rafael Bessa, que apresentou sua análise sobre o cenário a partir da sua atuação em Ribeirão Preto. E por fim, a última roda de conversa de agosto abordou as demandas dos povos tradicionais e os desafios da advocacia popular e da defensoria pública.

Confira as Rodas de Conversa Virtuais: <https://www.facebook.com/OuvidoriaGeralDPESP/videos/59423048114633>

<https://www.facebook.com/OuvidoriaGeralDPESP/videos/336501147524352>

OUVIDORIA DA DEFENSORIA PÚBLICA DE SP

MÉTRICAS

DE AGOSTO 2020

RODAS DE CONVERSAS VIRTUAIS

FACEBOOK

COMENTÁRIOS VISUALIZAÇÕES ENGAJAMENTO PESSOAS ALCANÇADAS COMPARTILHAMENTOS



Educação como Direito Humano e instrumento de Emancipação
4 de agosto às 18:00

159 3.867 694
1.400 20



Políticas Efetivas de Inclusão das Pessoas Com Deficiência - Cenário Atual e Perspectivas
11 de agosto às 14:00

196 9.904 1.183
3.200 103



Sistema Prisional Durante a Pandemia - Desafios e Perspectivas
18 de agosto às 14:00

310 4.734 1.158
1.700 85



Os desafios da advocacia popular e da defensoria pública na atuação jurídica com povos e comunidades tradicionais
25 de agosto às 14:00

111 4.704 475
1.500 57

/OUVIDORIAGERALDPESP
VOCÊ PODE ACESSAR A LIVE SALVA NO FACEBOOK DA OUVIDORIA

4 IMPORTANTE CANAL DE COMUNICAÇÃO ESPECIALIZADO EM DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA PÚBLICA ABORDOU A IMPORTÂNCIA DA OUVIDORIA-GERAL

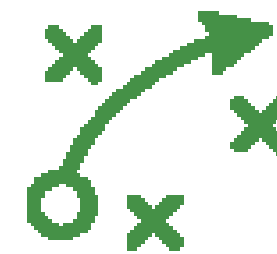


No dia 5 de agosto, a Ponte Jornalismo entrevistou ao vivo o Ouvidor-Geral, Willian Fernandes. Na conversa, Willian pode contar quais são as funções da Ouvidoria e da própria Defensoria Pública. Além disso, o Ouvidor compartilhou com maiores detalhes os novos projetos do órgão, como o Faces da Defensoria, que visam qualificar o atendimento ao usuário da instituição.

Acesse: <https://ponte.org/pontecast-entenda-como-e-para-quem-funciona-a-defensoria-publica/>



5 OUVIDORIA E NÚCLEOS ESPECIALIZADOS DISCUTEM ESTRATÉGIAS DE DEFESA DOS/AS TRABALHADORES/AS AMBULANTES COM ENTIDADE DO SETOR



No final de julho, dia 30, a Ouvidoria-Geral promoveu uma reunião virtual entre a União Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Camelôs, Feirantes e Ambulantes do Brasil (Unicab) e os Núcleos Especializados de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH) e de Habitação e Urbanismo (NHABURB) para discutir estratégias visando a defesa jurídica deste setor. Na conversa, delineou-se a possibilidade da realização de capacitações, bem como iniciativas que visem a redução das ações de violência por parte dos agentes de segurança a estes profissionais.



6 OUVIDORIA-GERAL SE SOMA AOS MOVIMENTOS QUE ATUAM PELA LIBERDADE RELIGIOSA E IGUALDADE RACIAL



No dia 13 de agosto, o Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (FONSANPOTMA), promoveu uma conversa, ao vivo, para discutir o caso de uma adolescente que teve sua guarda revertida à avó por estar sendo iniciada a uma religião de matriz africana com o consentimento de sua mãe. O debate virtual abordou a importância da liberdade e tolerância religiosa e contou com a participação de diversas entidades, entre elas, a Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Acesse aqui a roda de conversa: <https://www.facebook.com/105905199820837/videos/318556622597912>



7 SEÇÃO OUVIDO



O mês de agosto marca tanto o Dia Internacional dos Povos Indígenas, quanto os 16 anos do Massacre da Sé que vitimou pessoas em situação de rua em São Paulo. Para falar destes temas, a Ouvidoria-Geral dialoga com a advogada Samara Pataxó, formada pela UFBA e assessora jurídica de diversas organizações indígenas e com o Anderson Lopes Miranda, coordenador municipal em São Paulo do Movimento Nacional da População de Rua e membro do Conselho Consultivo da Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Samara Pataxó

Samara Pataxó, advogada, bacharela em Direito pela UFBA, especialista em Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais pela UFBA, Mestra e doutoranda em Direito, Estado e Constituição pela UnB, atua na assessoria jurídica das organizações indígenas (MUPOIBA, APOINME e APIB).



1) **Em agosto, celebramos o Dia Internacional dos Povos Indígenas. Na sua opinião, na conjuntura atual, o que pode e o que não pode ser comemorado nessa data?**

Assim como o dia 19 de abril, o dia 09 de agosto é uma data para refletirmos sobre a realidade dos povos indígenas, tanto no nosso país como ao redor do mundo. Penso que essa data é um convite para uma autorreflexão nossa, enquanto indígenas, em que podemos rememorar nossas lutas intergeracionais e nos prepararmos estrategicamente para as lutas e desafios atuais. Mas também é um convite para as pessoas não indígenas se questionarem se elas realmente conhecem a realidade e a história dos povos indígenas do Brasil, e de que forma elas podem nos apoiar. Se há algo a ser “comemorado” é a resistência dos povos indígenas a qual merece respeito.

2) **A pandemia de Covid-19 tem trazido graves impactos aos povos indígenas. Quais têm sido as principais consequências da crise sanitária e socioeconômica a esta população?**

Para nós povos indígenas, é nítido que a pandemia só veio descortinar vários problemas que há muito tempo temos enfrentado. Se em tempos de “normalidade” já vivíamos as consequências da omissão do Estado, agora isso se acentua ainda mais, a começar pelo desmonte das instituições responsáveis pela execução da política indigenista (FUNAI) e de atenção à saúde indígena (SESAI). E com isso, a pandemia ainda nos expõe a muita insegurança, seja em relação aos nossos territórios (constantemente ameaçados, invadidos e usurpados), como também nos traz insegurança alimentar, psíquica, cultural e sanitária. Bem como o risco de genocídio de povos indígenas, especialmente os que vivem em isolamento e os de recente contato, uma vez que estão cercados por garimpeiros, madeireiros dentre outras ameaças.

3) **A partir da sua atuação como advogada, como você tem visto a questão do tratamento dos povos indígenas no sistema de justiça brasileiro?**

O acesso à justiça no Brasil é uma questão que ainda precisa de maior efetividade, embora tenhamos esse direito assegurado constitucionalmente a todos os cidadãos indistintamente (art. 5º inciso XXXV da CF). No entanto, ainda existem muitos fatores que obstaculizam a sua efetivação, uma vez que acessar ao sistema de justiça ainda é um direito usufruído por poucos. Nós, povos indígenas, ainda temos esse direito de acesso à justiça duplamente garantido na CF, porque além de sermos sujeitos do direito previsto no art. 5º, ainda temos o art. 232 que nos assegura o direito de acessarmos à justiça na defesa dos nossos direitos e interesses coletivos. Porém, o que tenho visto é que malmente nos é dado o direito ao contraditório e ampla defesa nos processos judiciais, muito mais difícil tem sido demandarmos em juízo por nossos direitos (individuais e coletivos). O fato é que o sistema de justiça ainda tende a nos invisibilizar enquanto sujeitos de direitos e a nos reinserir na condição de tutelados.

4) **De que forma você vê o papel da Defensoria Pública, tanto do Estado, quanto da União, na busca pelos direitos dos povos indígenas?**

Penso que a atuação das Defensorias Públicas são fundamentais para apoiar a luta dos povos indígenas, especialmente para mobilizar ativamente o sistema de justiça para a efetivação dos nossos direitos, bem como pode ter um importante papel para fomentar o diálogo e as interlocuções entre os povos e as organizações indígenas com o Estado e outras instituições.

Anderson Lopes Miranda

Coordenador municipal São Paulo do movimento Nacional da população de rua e membro do Conselho Consultivo da Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo



1) O mês de agosto marca os 16 anos do Massacre da Sé. Você poderia nos dizer o que aconteceu em agosto de 2004 e por que é importante lembrar desta data?

Em agosto de 2004, dezessete companheiros e companheiras em situação de rua foram barbaramente agredidos. O atentado ocorreu nos dias 17, 18, 19 20, 21 e 22 de agosto de 2004 e sete companheiros e companheiras vieram a óbito, dali em diante começamos a nos organizar por justiça, direitos humanos e políticas públicas para a população em situação de rua. Para nós, sempre é importante lembrar desta data e do fato que vários companheiros e companheiras tombaram, pois não podemos aceitar a impunidade daqueles que matam por matar e também para lembrar que foi por conta desse acontecimento que criamos o Movimento Nacional da População em Situação de Rua.

2) A pandemia de covid-19 tem trazido consequências para toda a sociedade brasileira, mas sabemos que as crises sanitária e socioeconômica por ela originada tem gerado impactos diferenciados e mais graves em determinados grupos. Como a pandemia tem atingido as pessoas que estão na rua?

Por conta da pandemia, muitas pessoas e famílias ficaram desempregadas e foram dispensadas. Assim, muitas pessoas estão em situação de rua e os governos municipais, estaduais e federal estão pedindo para as pessoas ficarem em suas casas, mas quem não tem casa, fica aonde? Nas ruas, nas calçadas, para nós, população em situação de rua, a pandemia piorou a vida das pessoas. E para nós, é importante que o governo atenda o direito à moradia, trabalho, saúde, educação, principalmente, agora na pandemia. É importante garantir moradia, locações sociais, minha casa minha vida, programas habitacionais para que essa população diminua.

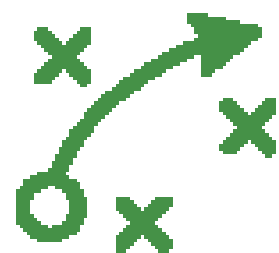
3) A partir da sua atuação no movimento pela defesa dos direitos das pessoas em situação de rua, como você tem visto a questão do tratamento da população de rua no sistema de justiça brasileiro?

Com o surgimento dos movimentos sociais e do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, é importante que o poder judiciário tenha esse olhar. Hoje nós temos o Ministério Público e a Defensoria que está dentro do sistema de justiça e que atende muito bem a população em situação de rua, mas na hora de julgar será o juiz. A Constituição Federal de 1988, nossa carta cidadã, traz a importância destes direitos, mas a gente precisa ter esse olhar do judiciário para fazer com que os políticos cumpram as leis e os decretos que protegem a população em situação de rua.

4) De que forma você vê o papel da Defensoria Pública na busca pelos direitos da população em situação de rua?

As Defensorias Públicas hoje no Brasil tem um papel importantíssimo. E vem criando os Núcleos dentro das Defensorias para atuação e trabalho com a população em situação de rua. Nós temos várias experiências aqui na cidade de São Paulo. E é importantíssimo que esses núcleos atuem com a população em situação de rua e recebam formação nestas questões.

8 ESTATÍSTICAS DO ATENDIMENTO: AGOSTO DE 2020



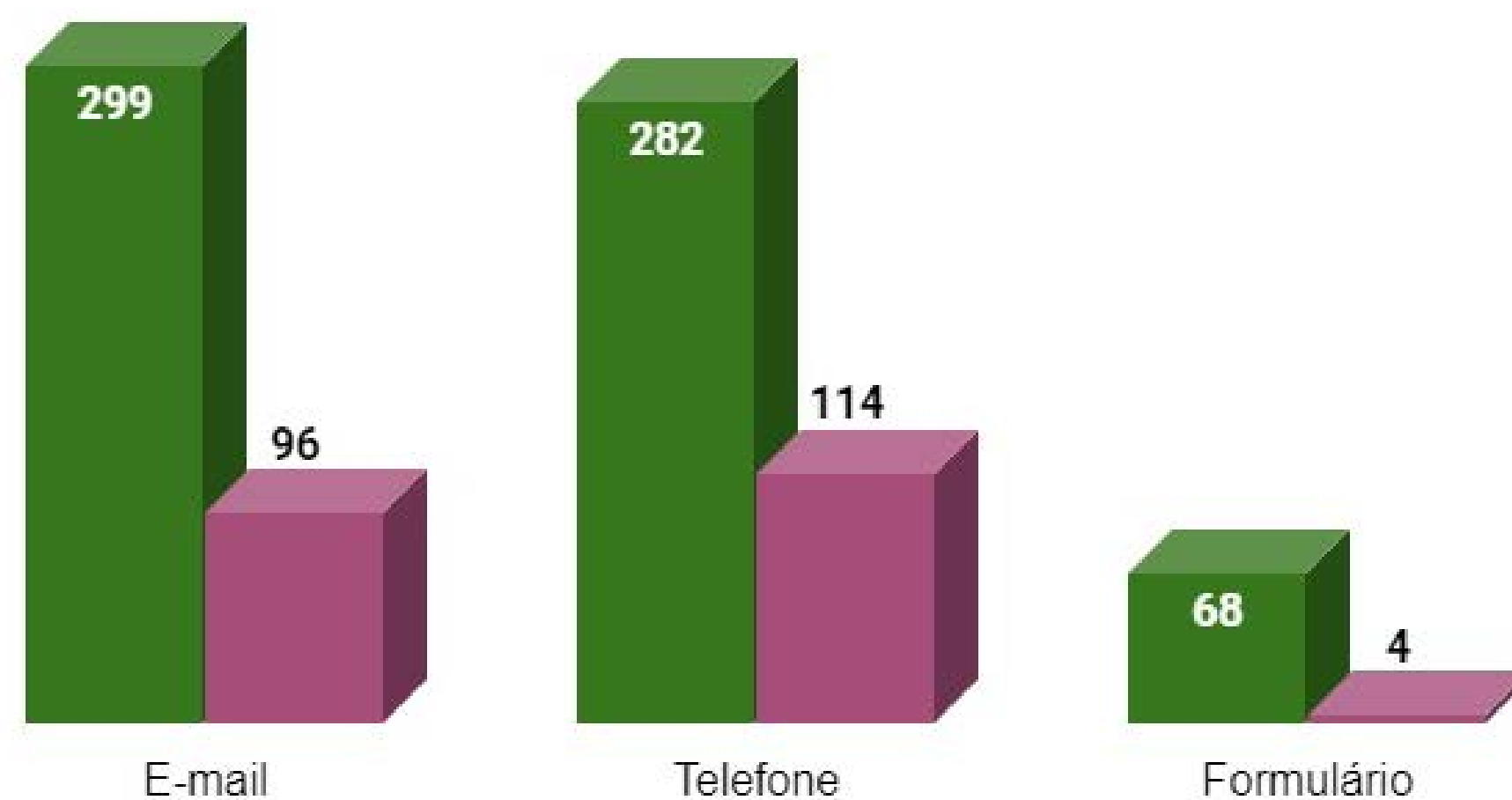
Desde o início do atendimento remoto justificado pela necessidade de distanciamento social, a Ouvidoria-Geral tem identificado os principais desafios deste cenário. Dessa forma, a Ouvidoria registrou usuários/as relatando obstáculos relacionados à ausência de acesso à internet ou à linguagem jurídica para o preenchimento do formulário de atendimento da Defensoria. Ainda no quesito comunicação, o público que recorreu à Ouvidoria reportou dificuldades para enviar documentos no tempo e formato solicitados, bem como para manter contato por

meio eletrônico a instituição e com as entidades conveniadas com o objetivo de acompanhar ou esclarecer dúvidas pontuais sobre o processo.

Total de atendimentos, casos urgentes e principais obstáculos

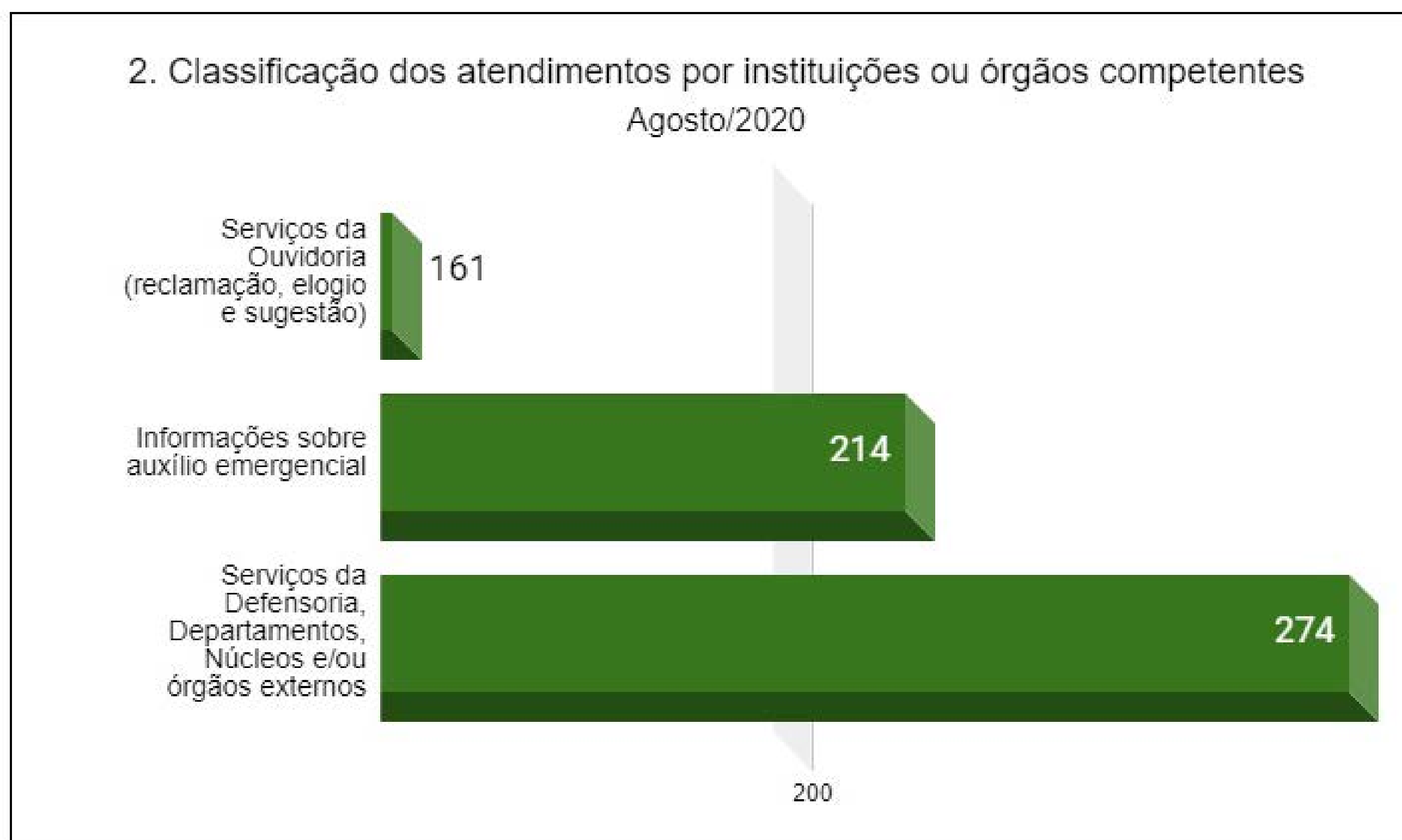
No mês de agosto, a Ouvidoria registrou 649 atendimentos em três frentes de atendimento remoto: e-mail, formulário eletrônico e telefone. Destes, ao menos 214 foram classificados como demandas com casos urgentes. No gráfico a seguir, segue o comparativo do volume de atendimentos, divididos por porta de entrada.

1. Distribuição dos atendimentos por portas de entrada e casos urgentes
Agosto/2020



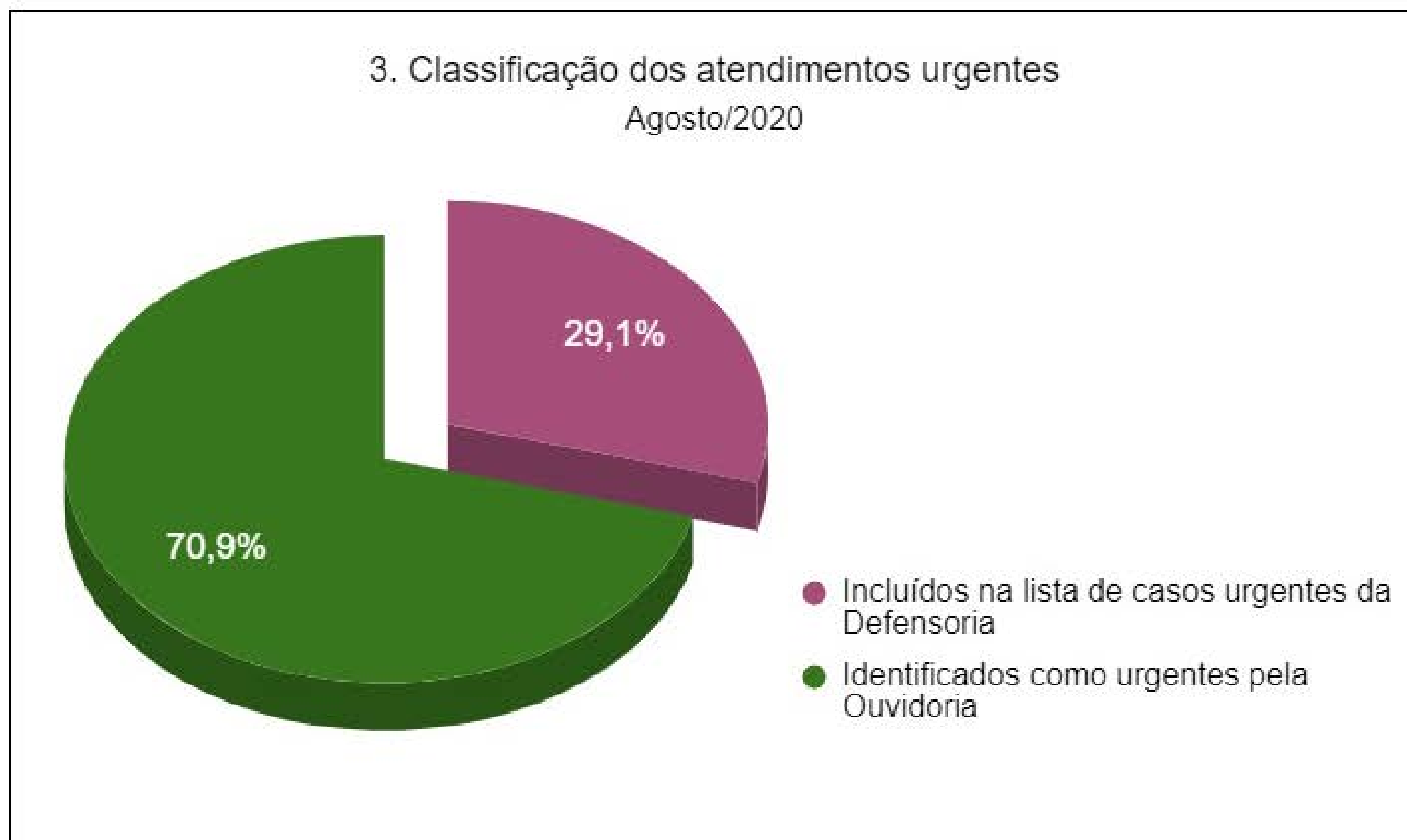
Total de atendimentos destacados em verde. Situações urgentes destacadas em lilás.

Do total de 649 atendimentos, apenas 161 apresentavam conteúdos próprios à Ouvidoria. Quase 75% diziam respeito a busca por informações por serviços da Defensoria, Departamentos (Assessoria Criminal, Assessoria de Convênios e Departamento de Recursos Humanos), Núcleos Especializados e/ou Órgãos externos (274 registros) e busca por informações sobre auxílio emergencial (214 registros).



Permaneceu elevado o número de pedidos de orientações sobre o pagamento do auxílio emergencial oferecido pelo governo federal.

Com 214 registros, o próximo gráfico chama a atenção para o fato de que mais da 70% dos casos que envolviam assuntos urgentes não estavam contemplados da lista exemplificativa de atendimentos urgentes da Defensoria. Destaques para situações recorrentes: (i) alimentos de criança ou adolescentes, gravídicos e honorários, (ii) prazo processual ou recursal (citação e intimação) e situações que registraram aumento no mês de agosto: (iii) dívidas e cobranças indevidas (iv) penas ou demandas da área criminal não contempladas como urgentes na lista exemplificativa.



Expediente OUVIDORIA

OUVIDOR-GERAL	Willian Fernandes
ASSESSOR TÉCNICO	Camila Marques
ASSISTENTE TÉCNICO II	Jabes Campos
ASSISTENTE TÉCNICA I	Rachel Miranda Taveira
ASSISTENTE TÉCNICA I	Helena Harue Koyama
AGENTE DE DEFENSORIA	Priscila Rodrigues
OFICIALA DE DEFENSORIA	Maria Cristina Salerno
OFICIALA DE DEFENSORIA	Renata Castelli
OFICIALA DE DEFENSORIA	Andrea Pires Pacheco
OFICIALA DE DEFENSORIA	Letícia Macedo
OFICIAL DE DEFENSORIA	Renato Domingos Junior
ESTAGIÁRIA DE COMUNICAÇÃO	Laura Freire
ESTAGIÁRIA DE COMUNICAÇÃO	Mateus Ferreira Ramos Sousa
ESTAGIÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO	Caio dos Santos
ESTAGIÁRIO DE ENSINO MÉDIO	Lucas Dobos Sampaio

Boletim da Ouvidoria

TEXTOS	Equipe da Ouvidoria
CONCEITO	Paula Monroy
DIAGRAMAÇÃO	Erika Simões

e-mail: ouvidoria@defensoria.sp.def.br

Telefone: (11) 3105-5799

[Facebook](#)

[Instagram](#)

[Twitter](#)

O Boletim da Ouvidoria é uma publicação mensal com os principais destaques sobre a atuação da Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.